

## **Desenvolvimento e Equidade de Gênero? Experiência de um Projeto de Geração de Renda para Mulheres em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará**

*¿Desarrollo y equidad de género? Experiencia de un Proyecto de Generación de Ingresos para Mujeres en una Reserva Marina Extractiva en Pará*

*Gender Development and Equity? Experience of an Income Generation Project for Women in an Extractive Reserve in Pará*

**Ana Patrícia Reis da Silva**  
**Maria Cristina Maneschy**

**Resumo:** Análise da experiência do grupo Rede de Mulheres Caeteuaras, na Vila do Treme, município de Bragança, nordeste do Pará. Em que medida esse caminho favorece a equidade de gênero? Se elas assumem desproporcionalmente os cuidados com as pessoas, como conciliam produção, reprodução e a construção do grupo? Elas se inserem em uma Reserva Extrativista Marinha, um território de conservação ambiental. A metodologia da pesquisa é qualitativa, com entrevistas semi-diretivas e observação participante sobre o processamento de caranguejos, base da economia local. A invisibilidade do trabalho doméstico dificulta a organização das mulheres. Elas têm suas tarefas sobrepostas e nenhum controle sobre o produto do trabalho, dependendo dos intermediários que fornecem e escoam a matéria-prima. Através da Rede, procuram melhor posição na cadeia produtiva e a consciência de seu status de trabalhadoras extrativistas.

**Palavras-chave:** Gênero. Desenvolvimento Sustentável. Equidade. RESEX.

**Resumen:** Análisis de la experiencia del grupo Red de Mujeres Caeteuaras, en Vila do Treme, municipio de Bragança, noreste de Pará, Brasil. ¿En qué medida este camino favorece la igualdad de género? Si cuidan de manera desproporcionada a las personas, ¿cómo concilian producción, reproducción y formación del grupo? Forman parte de una Reserva Marina Extractiva, un área de conservación ambiental. La metodología de investigación es cualitativa, con entrevistas semidirectivas y observación participante sobre el procesamiento del cangrejo, base de la economía local. La invisibilidad del trabajo doméstico dificulta la organización de las mujeres. Tienen tareas superpuestas y no controlan el producto del trabajo, dependiendo de los intermediarios que suministran y entregan la materia prima al mercado. A través de su red, pretenden mejorar su posición en la cadena de producción y dar a conocer su condición de trabajadores extractivos.

**Palabras clave:** Género. Desarrollo Sostenible. Equidade. RESEX.

**Abstract:** Analysis of the experience of the women's group Rede de Mulheres Caeteuaras, in Vila do Treme, Bragança municipality, northeast of Pará State, Brazil Does this route promote women's emancipation and gender equity? As women carry on most of care activities, how do they match production, reproduction, and their association building group developed? They are part of a Marine Extractive Reserve, an environmental conservation territory. The research methodology is qualitative, with semi-directive interviews and participant observation on crabs processing, a basis of the local economy. The invisibility of domestic work hinders their collective organization. Their tasks overlap and they have no control over their product, depending on middlemen who supply and flow the raw material into the market. Through their network, they mean to improve their position in the production chain and raise awareness of their status as extractive workers.

**Keywords:** Gender. Sustainable Development. Equity. RESEX.

**Ana Patrícia Reis da Silva** – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA. E-mail: [ana.patty@hotmail.com](mailto:ana.patty@hotmail.com)

**Maria Cristina Maneschy** – Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA. E-mail: [cristina@ufpa.br](mailto:cristina@ufpa.br)

## INTRODUÇÃO

Este artigo discute relações de gênero, trabalho e autonomia de mulheres, através da análise de uma experiência local de organização social e econômica. Trata do Projeto **Mulheres Pescando Autonomia**, que faz parte do que hoje se configura como **Rede de Mulheres Cateuaras**. Essa experiência é levada a efeito na Vila do Tremé, no município de Bragança, litoral do Estado do Pará.

O trabalho exercido por mulheres no setor informal, que é o caso das mulheres aqui pesquisadas, é significativo e crescente nos países em desenvolvimento. Nesse sentido, uma das questões de interesse de pesquisa é: até que ponto essa via de inserção no mercado tem possibilitado a emancipação das mulheres e avanços na equidade de gênero em suas sociedades? Com efeito, estudos sobre mulheres e trabalho na perspectiva de gênero, em particular Helena Hirata (2016) e Uma Narayan (2005), levantam a necessidade de se observar em que medida fomentar o trabalho associativo para atuação no mercado informal implica em sobrecarga de trabalho, uma vez que elas continuam a assumir desproporcionalmente o trabalho dos cuidados, dentro e fora do lar. O trabalho associativo informal de mulheres, portanto, não é a panaceia que programas institucionais de combate à pobreza podem supor, uma vez que uma série de fatores ligados às hierarquias de gênero se mantêm.

Assim, levantam-se questões como as seguintes: a) como se dá a conciliação entre ambas as esferas, produtiva e reprodutiva, em casos em que grupos de mulheres se engajam em projetos coletivos de geração de renda? b) como se dá a delegação das atividades de cuidado a outrem, quando o trabalho ou a atividade associativa requerem mais tempo de dedicação? Por outro lado, trata-se neste estudo de uma Reserva Extrativista (RESEX), que é uma unidade territorial inscrita no quadro jurídico brasileiro das unidades de conservação, cujo propósito é conciliar economia e conservação ambiental, o que levanta pressões específicas sobre o trabalho e sobre a posição social das mulheres. Este estudo, portanto, refere-se à problemática da conciliação entre trabalho e cuidados, na perspectiva de gênero, em um contexto especial, que é o de um território de conservação ambiental. É um caso particular de estudo da questão mais geral sobre a interação entre a esfera da economia e dos cuidados.

Este artigo faz uma discussão sobre os conceitos de cuidado e trabalho, na ótica de gênero, com base em literatura de referência. Apresenta uma caracterização geral da Reserva Extrativista para, em seguida, analisar trechos de duas entrevistas semi-diretivas feitas em campo. Uma delas é com a representante de uma das organizações de apoio que estiveram na origem do Projeto Mulheres Buscando Autonomia. Outra, com uma das participantes ativas do grupo, que atua na produção da massa de caranguejos, uma das principais fontes de renda local e que absorve um contingente significativo de mulheres da comunidade. Nas entrevistas, analisa-se a origem do projeto, suas motivações e alguns limites à participação. Pretende-se evidenciar restrições ligadas à posição social das mulheres naquele contexto, destacando também como elas fazem a conciliação entre demandas tradicionais decorrentes da divisão sexual do trabalho e as da participação em grupo.

### 1. Trabalho e Cuidados, na Perspectiva de Gênero

Segundo a definição dada pelo Colóquio internacional “Teorias e Práticas do Cuidado”, realizado em Paris, em 2013:

O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, é definido como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem (KERGOAT, 2016, p. 18).

O cuidado é, portanto, uma esfera de atividades essenciais à vida coletiva, embora tenda a ser geralmente desvalorizada em termos econômicos e políticos. Para Danièle Kergoat (2016), socióloga do trabalho e do gênero, é preciso pensar na complexidade do cuidado e nas relações sociais em que ele se insere. Para tal, uma ferramenta analítica está nos conceitos de consubstancialidade, ou interseccionalidade, que consideram de forma dinâmica a intersecção da posição de gênero com diferentes eixos de desigualdade, como a raça, a classe, a etnia ou outros. Helena Hirata (2016), com base na abordagem de Kergoat (2016) sobre consubstancialidade, analisa o tema do cuidado (*care*), associando gênero, classe, raça e nação, já que seu estudo faz uma comparação da experiência de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos em cuidados na França, no Japão e no Brasil. Essa perspectiva aponta para a manifestação de “opressões múltiplas e imbricadas” (HIRATA, 2016, p. 69). Kergoat (2012) destacou que a abordagem possibilita “pensar conjuntamente as dominações” e, portanto, conduz a uma crítica mais pertinente do *status quo* (apud HIRATA, 2016, p. 69).

No Brasil, como argumenta Sorj (2013), o cuidado mantém-se, em sua maior parte, na esfera privada das famílias. Prossegue a autora: “[...] quando desfamilizado, é muito consistente com o padrão de desigualdade socioeconômica do país” (Ibdem, p. 482). Visando sublinhar a intersecção entre desigualdade de gênero e de classe na experiência de mães de baixa renda que trabalham fora, a autora afirma, com base em dados censitários para o país como um todo.

A análise do trabalho das mães comparativamente ao dos pais e de outras mulheres nos conduz a concluir que as soluções privadas dos conflitos entre trabalho e família refletem e reproduzem as diferenças e desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Soluções privadas significam que as mães não estão disponíveis para integrar o mercado de trabalho em condições melhores, que lhes garantam mais autonomia e independência (SORJ, 2013, p. 484).

Essas discussões fundamentam o eixo de interesse deste estudo junto às mulheres “caeteuarras”, indagando-se como elas associam trabalho, associação e cuidados. Diversamente de mulheres de classes abastadas, elas são cuidadoras no âmbito familiar, buscando inserir-se no mercado, porém não tendo como delegar a outrem essas tarefas, no sentido que Hirata (2016) atribui ao termo delegar. E, também, não dispõem de estruturas coletivas ou de equipamentos públicos que possam assumir ou aliviar parte das tarefas do cuidar. Por outro lado, pode-se questionar qual o grau de autonomia no processamento e comercialização dos produtos, que seria alcançada pela participação no projeto coletivo. Ou seja, em que medida participar melhoraria sua posição nas redes de troca, diminuindo a dependência aos intermediários e possibilitando reterem uma parcela maior do valor de troca de seu produto?

Ou seja, trata-se de pensar conjuntamente as diferentes formas da divisão sexual do trabalho e as divisões de classe social, considerando-se as desigualdades de gênero. Historicamente, as análises feministas dominantes sobre as sociedades industriais afirmaram que o acesso a uma remuneração

neração monetária (a entrada, mesmo que parcial, no mercado de trabalho) era um avanço para as mulheres, pois permitia que elas ganhassem autonomia em relação à instituição familiar, geralmente dominada por homens, desmitificando, ao mesmo tempo, o caráter supostamente natural, portanto gratuito, das atividades que lhes eram atribuídas. Alguns destes aspectos estão presentes no universo de pesquisa aqui em foco. Todavia, trata-se de investigar com mais vagar como a intersecção entre gênero e classe se traduz em diferentes barreiras na experiência concreta dessas mulheres envolvidas em um projeto associativo.

Considera-se que o desenvolvimento sustentável, objetivo prioritário de uma RESEX, tem como um de seus eixos a equidade de gênero. Sobre equidade de gênero, pode-se recorrer a Carlos Prieto (2019), que afirma: “Quanto mais importante é a igualdade, mais importante é a ‘justiça’ no campo das relações de gênero” (PRIETO, 2019, p. 114).

Quando comparamos a situação de trabalho de homens e mulheres, são os parâmetros masculinos que fixam as normas, por se encontrarem em situação de vantagem em relação às mulheres. Partindo disso, tem-se a ideia de considerar a situação das mulheres como mais justas quando se aproximam da situação de privilégio dos homens. Porém, estamos discutindo neste momento atual no feminismo o termo “equidade”. Quando buscamos por equidade estamos falando de justiça, de oportunidades iguais independentemente de gênero, porém, levando em consideração que as pessoas são diferentes, diversas e plurais.

A situação das mulheres não privilegiadas por sua posição de raça e/ou de classe, no quadro da globalização, deve ser colocada no centro desta análise. Tal situação é profundamente diferente daquela das mulheres mais privilegiadas – embora todas sejam oprimidas, em diferentes graus, nas relações sociais de gênero.

Narayan (2005) discute porque o setor informal é maior nas economias do Terceiro Mundo do que no Primeiro e, nele, as mulheres têm presença muito expressiva. Essa força do setor informal seria herança do desenvolvimento desigual, provocado pelo colonialismo. A urbanização e, conforme o caso, a industrialização em países do Terceiro Mundo foi acompanhada de um grande contingente de pessoas expulsas das áreas rurais, mas com absorção desproporcionalmente menor nos mercados formais de trabalho. Já nos países do Primeiro Mundo, a industrialização criou mais empregos do que o número de artesãos e camponeses que ela arruinava, nas palavras da autora. Na periferia, ao contrário, criou menos empregos do que a força de trabalho liberada do campo e das cidades.

Em contextos de grande desigualdade nas relações de gênero, em que relações patriarcais continuam fortes, levantam-se desafios específicos para o tema da construção da equidade entre homens e mulheres através da participação nos mercados de trabalho. Historicamente, houve uma tendência à segmentação de gênero na formação dos mercados de trabalho, com mulheres participando em grande proporção do trabalho informal. A propósito, Narayan (2005) preocupa-se com o entusiasmo quanto ao “empoderamento das mulheres do Terceiro Mundo via micro empreendimentos no setor informal”. E, também, quanto aos supostos poderes do microcrédito na transformação das condições de vida e de trabalho das mulheres de baixa renda. De repente, o espírito empreendedor de mulheres pobres nesses contextos foi visto como resposta a seus problemas (NARAYAN, 2005, p.352).

Se voltarmos essa discussão para as mulheres trabalhadoras da pesca, temos ainda várias questões pertinentes que precisam de estudos mais aprofundados, seja na compreensão da equidade de gênero, seja na temática da economia, ou na segurança previdenciária, questão que tem ulti-

mamente gerado preocupação para as mulheres na pesca. Isso porque, segundo as últimas modificações na reforma da Previdência Social<sup>1</sup>, a mulher pescadora não tem como comprovar facilmente sua atividade, mesmo que ela tenha envolvimento com processos de pós ou pré-captura. Notamos ainda que, apesar de terem crescido as pesquisas sobre gênero na pesca artesanal na última década, o mesmo não pode ser constatado para o caso das RESEX e os estudos de gênero e organização informal, conforme constatado através de levantamento bibliográfico.

## 2. A Vila de Treme e seus Trabalhadores da Pesca

As Reservas Extrativistas (RESEX) são unidades de conservação genuinamente brasileiras e, dentre as demais categorias previstas no Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei Federal N°. 9.985 de 2000, apresentam uma série de particularidades. Constituem áreas de domínio público com uso concedido às populações tradicionais extrativistas. Vislumbra-se nelas o uso sustentável dos recursos naturais e a implantação de estruturas voltadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades. São geridas por um Conselho Deliberativo e possuem seus Planos de Manejo, onde são definidas as normas de uso, o zoneamento das áreas de exploração, assim como os programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica a serem desenvolvidos, entre outros aspectos.

A Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú localiza-se no município de Bragança, nordeste do Estado do Pará. Possui área aproximada de 42.068,086 ha (cobrindo cerca de 20% da área total do município). Foi criada oficialmente em 20 maio de 2005 (ABDALA, SARAIVA E WESLEY, 2012). Seu território principal constitui-se de florestas de manguezais e as águas marinhas próximas. As áreas do entorno caracterizam-se por regiões de terra firme (áreas não alagadas), onde a vegetação predominante é a capoeira, entrecortada por igarapés rodeados por buritizais – matas nas quais há grande quantidade de buritizeiros (árvore nativa de nome científico *Mauritia Flexuosa*) –, além dos campos naturais alagados. O seu Plano de Manejo foi aprovado em dezembro de 2012 (Ibidem, p.27).

A Vila do Treme, lugar de pesquisa a que se refere este artigo, fica localizada a 18 km da cidade de Bragança, sede do município. A população de Vila do Treme era estimada em 7.000 mil habitantes em 2007 (MAGALHÃES *et. al.*, 2007), uma das vilas mais populosas do município. A pesca de caranguejos é uma das principais fontes de sobrevivência local. Os que praticam essa pesca são referidos como “tiradores”. O beneficiamento da carne do caranguejo tornou-se elemento chave para agregação de valor, bem como para inserção das mulheres no processo produtivo (Ibidem, p.02).

O manguezal apresenta papel ecológico fundamental nas zonas estuarinas e costeiras do país e é também fonte de recursos naturais para as comunidades locais. Segundo GLASER (2005), em estudo realizado em 2005, em Bragança, cerca de 83% dos moradores das comunidades pesqueiras localizadas nas proximidades do ecossistema manguezal retiravam seu sustento dos recursos naturais procedentes do manguezal. Destes, 64% estavam envolvidos na cadeia produtiva do caranguejo.

Entrevistas informais com tiradores de caranguejo na Vila do Treme indicaram que o caranguejo utilizado nas três fábricas de processamento de caranguejo lá situadas hoje é de origem de Vizeu, município vizinho ao de Bragança. As fábricas empregam mão de obra local e comercializam para a capital do Estado e, também, para o restante do país. As mulheres continuam sendo maioria na atividade de “catação” dos caranguejos – processo de retirada da carne do caranguejo de sua carapaça, depois de

<sup>1</sup> As mulheres que não exercem diretamente a atividade da captura não são reconhecidas facilmente como pescadoras.

cozido e esartejado; é a chamada “massa”. O trabalho é feito seja nas fábricas, que são unidades de processamento independentes, seja nas catações dentro das casas. Nas fábricas, os trabalhos de lavagem, cozimento e esartejamento dos caranguejos, que são considerados mais pesados, são feitos por homens. São eles que descarregam o caranguejo direto do caminhão (vindo de Viseu), realizam a limpeza do caranguejo e prosseguem nas etapas de cozimento e esartejamento. As mulheres, então, realizam a retirada da massa. Na cadeia produtiva do caranguejo, portanto, há uma marcada divisão sexual do trabalho. A atividade de captura do caranguejo nos mangues em escala comercial é, em sua grande maioria, feita por homens e às mulheres cabe a catação e o cuidado com o lar.

As mulheres e os homens que atuam no extrativismo de caranguejos podem ser classificados como trabalhadores da pesca, embora, como dito anteriormente, o reconhecimento das mulheres como membros dessa categoria é menos claro. Embora legalmente os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos em atividades pós-captura tenham direito a essa classificação e aos correspondentes direitos previdenciários, o fato de que as mulheres se dediquem de modo menos contínuo ao trabalho remunerado contribui para diminuição do reconhecimento de sua condição profissional. Como trata Luceni Medeiros Hellebrandt (2017), em estudo sobre pesca de camarões no Estado de Santa Catarina, recentemente as atividades pré e pós captura no Brasil perderam o reconhecimento como “atividades de apoio à pesca”, o que desfavorece as beneficiadoras de pescados e mariscos. É o que mostra a autora:

[...] há uma definição de atividade pesqueira artesanal que contempla atividades de pré e pós captura. Estas atividades passam a serem legalmente denominadas de “atividades de apoio pesca” em 2015, e com o Decreto de 2017 desaparecem enquanto categoria de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira. Com o texto revogado, o Estado que antes denominava as etapas da atividade pesqueira onde as mulheres mais participam de “apoio à pesca”, agora sequer reconhece como categoria existente no Registro Geral da Atividade Pesqueira. Este processo torna legalmente invisível parte das mulheres da pesca (HELLEBRANDT 2017, p. 49).

Vale, ainda, recorrer ao estudo clássico de Diegues (1983) no Brasil, que analisou distintas formas pelas quais a produção pesqueira participa da economia capitalista e, em particular, o segmento da pesca artesanal. O autor ressaltou que por muito tempo o estudo dos pescadores e de sua produção fora marcado, no Brasil, por uma visão folclórica e idílica. O que era destacado era o modo de vida “pacato, indolente” ou de outro modo exalavam a coragem e os perigos enfrentados no mar, “em alguns casos se descreviam suas comunidades como entidades isoladas, alheias aos grandes processos econômicos, que marcaram a sociedade como um todo em seus vários ciclos econômicos” (DIEGUES, 1983, p. 7).

Autores como Diegues (1973; 1983), Duarte (1978), Mello (1985) e Maldonado (1986) deram contribuições expressivas, evidenciando como se deu a inserção da produção pesqueira ao quadro da acumulação de capital e da divisão social do trabalho no Brasil em diferentes contextos. Já na época, Diegues (1983) alertava para fatores de pressão sobre as comunidades locais de pescadores artesanais:

[...] a produção dos pescadores no Brasil, a relação entre essas populações humanas e seu meio-ambiente marinho e de águas interiores exigem um conhecimento mais sistemático e aprofundado. Esse conhecimento é ainda mais necessá-

rio no momento atual em que as comunidades de pescadores artesanais estão sob severa ameaça por causa da especulação imobiliária e da degradação ambiental, provocada por um modelo econômico que exclui amplas camadas da população, sua cultura e suas formas de organização (DIEGUES, 1983, p. 5).

No ano de 1990, a antropóloga Lourdes Furtado publicou um estudo sobre as características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. Ela discutia como, a partir da década de 1970, implantou-se no Pará o parque industrial pesqueiro, sob a égide dos recursos oriundos da política de incentivos fiscais para a Amazônia. Assim, a pesca industrial teve seu início em áreas de mar aberto, em locais onde os pescadores artesanais dificilmente conseguiriam chegar por conta do tamanho de suas embarcações e das técnicas empregadas. Houve, desde então, uma diversificação no Pará no que diz respeito ao setor pesqueiro, do ponto de vista técnico-social: de um lado o artesanal e, de outro, o industrial, ambos necessários para a economia do Estado e da região, porém, desigualmente aquinhoados no que tange a estímulos financeiros oficialmente definidos. O artesanal caracteriza-se por grande diversidade social e cultural. Os pescadores nos manguezais compõem esse contingente de trabalhadores artesanais da pesca (FURTADO, 1990, p. 02; MANESCHY, 1993; OLIVEIRA e MANESCHY, 2014).

A atividade de catação é uma das atividades que mais movimentam a economia da Vila do Treme. Feita de forma quase que exclusiva por mulheres, ela é realizada nas casas dos moradores da comunidade e nas fábricas, como dito acima. As catadoras recebem os caranguejos diretamente do patrão (que compra o caranguejo e “manda catar” para ele). O patrão é o agente que paga para que os coletores capturem o caranguejo nos mangues e ele repassa para as mulheres. Essa catação pode acontecer desde o período da madrugada e se estender durante o dia inteiro, o que faz com muitas mulheres adquiram doenças laborais. São, principalmente, males de coluna e lesões musculares nas mãos, por esforço repetitivo. Após o beneficiamento, as mulheres entregam a massa do caranguejo para o patrão e ele revende para os compradores de fora. Sua posição na intermediação propicia-lhe margens de lucro superiores tanto às dos pescadores quanto das catadoras.

### **3. Elementos da Construção de um Projeto de Geração de Renda e Autonomia por Mulheres na Reserva Extrativista**

A pesquisa objetivou compreender as relações de gênero na experiência das participantes da Rede de Mulheres Caetuearas. Para tanto, utilizou-se entrevistas semi-diretivas, dando espaço para elas falarem sobre a experiência de organização<sup>2</sup>. Também se utilizou a observação participante em diferentes momentos da atividade da catação de caranguejo. A escolha deste método justifica-se por ser adequado, nesta etapa da pesquisa, entender qual o processo de organização do grupo, a partir das vozes dessas mulheres. Como dito anteriormente, estão em foco entrevistas feitas com duas pessoas que se configuram como atores importantes no processo. São elas, Iricina Aviz de Oliveira, assistente social e representante do CPP (Conselho Pastoral da Pesca<sup>3</sup>) na região Bragantina; e Dejanira Ferreira dos Santos, catadora de caranguejo e moradora da comunidade do Rio Grande.

<sup>2</sup>Depois de vários cursos de capacitação, o grupo de mulheres decidiu se transformar em uma rede de comercialização da massa dos caranguejos, a Rede de Mulheres Caetuearas. À época da pesquisa de campo (2017), o grupo estava na fase de regularização, com a inscrição de CNPJ e obtenção de licenciamento ambiental para construção de uma cozinha comunitária.

<sup>3</sup> Uma das pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Esta última é umas das lideranças da Rede de Mulheres Caeteuaras e uma das catadoras mais eloquentes do grupo. A primeira questão versa sobre um histórico do grupo.

**P:** Como começou o Projeto Pescando Autonomia?

**Iricina:** Com a atuação do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) em algumas comunidades pesqueiras de Bragança, percebeu-se que havia um grupo considerável de mulheres na Vila do Tremé, em que a renda financeira da maioria delas era extraída diretamente da atividade pesqueira da extração da massa do caranguejo-uçá, e que elas não eram as donas da massa, apenas vendiam sua força de trabalho. Através de muitas reuniões na comunidade, surgiu a necessidade de melhorar a renda financeira dessas famílias, houve necessidade de uma capacitação profissional voltada para fortalecer a identidade profissional de pescador/a artesanal. E, ao mesmo tempo, agregar valores à massa do caranguejo. Foi então feito um projeto que viesse contribuir com a autonomia das pescadoras onde o CPP, junto à comunidade e num processo participativo, elegeu o nome do projeto “Pescando Autonomia”.

A fala indica que o objetivo inicial era de ampliar a geração de renda, através de uma melhor inserção no mercado – elas não eram donas da “massa”, dependiam dos intermediários – e através da capacitação técnica e da consequente “agregação de valor” ao produto. A notar que, em se tratando de alimento, elas também deviam adequar-se às normas sanitárias. Além disso, a organização visava o fortalecimento da “identidade profissional”. A fala denota que as trabalhadoras não tinham claramente definida uma identidade profissional, o que as excluía dos direitos sociais definidos para a categoria de trabalhadores na pesca, conforme apontado por distintos estudos sobre mulheres trabalhadoras na pesca (MANESCHY, SIQUEIRA E ÁLVARES, 2012; HELLEBRANDT, 2017).

O conjunto de objetivos deveria contribuir para autonomia dessas mulheres, como bem mostra o nome original do projeto: Pescando Autonomia. De acordo com a entrevistada, os vários apoiadores convergiam quanto aos objetivos. A visão comum era de que, por meio da associação, as mulheres superariam diversos entraves. Deve-se notar que os apoiadores também esperavam contribuir para a sustentabilidade do processamento de caranguejos, pois, como se sabe, essa atividade gera resíduos, com o descarte das carapaças. Sem o manejo adequado desse descarte, torna-se poluente nos manguezais e rios.

Por outro lado, há o problema das normas sanitárias do processo de catação. Em relação a isso, segundo o site JusBrasil<sup>4</sup>, em matéria de 2009, o Promotor de Justiça de Direito do Consumidor, Marco Aurélio do Nascimento, se reuniu então com os Promotores de Justiça dos municípios litorâneos do Pará que são os principais fornecedores de massa de caranguejo: Augusto Corrêa, Bragança, São Caetano de Odivelas, Salinas, Maracanã, Primavera e Viseu. Dessa reunião, participaram também representantes do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON). Na ocasião, foram discutidas as medidas que deviam ser tomadas para melhoria das condições do trabalho. O objetivo era traçar ações em conjunto para que fosse mais efetivo o combate às “pés-simas condições higiênico-sanitárias em que a massa de caranguejo é extraída”. Lendo a matéria na íntegra, chama atenção a fala de um dos presentes na reunião: “O trabalho é feito em mesas sujas, num espaço onde circulam animais e há desleixo com a limpeza”. Referiu-se também à participa-

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://mp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/1570489/belem-promotores-estabelecem-medidas-para-proibir-comercializacao-da-massa-de-caranguejo>>. Acesso em: 17 set. 2020.



ção de crianças no beneficiamento, sem os devidos cuidados com a higiene, conforme afirmou o Promotor de Justiça Marco Aurélio (BELÉM, 2009).

Por se tratar de uma produção que em parte é caseira, não há como evitar a extração da massa de caranguejos feita nas residências. Na época, portanto, o Ministério Público decidiu atuar para reduzir os problemas sanitários proibindo toda a comercialização da massa de caranguejos naqueles municípios. Nesse sentido é que as entidades de apoio também passaram a agir junto às produtoras familiares. Os apoiadores acreditavam que o grupo de produção possibilitaria o melhor enfrentamento do problema de poluição e da higiene, como esclarece a entrevistada Iricina Aviz (CPP):

Contribuir no processo de auto-organização e fortalecimento do grupo de produção; auxiliar na orientação e na adequação do grupo de pescadoras/marisqueiras às normas legais, priorizando as concepções da economia solidária; colaborar no desenvolvimento de alternativas na região para o combate ao grave problema da poluição por resíduos de caranguejo e realizar a 1ª Feira de Rede de Mulheres Caeteuaras em Bragança, dentro da Feira do Agricultor.

A segunda entrevista, com a catadora Dejanira, foi feita em sua própria casa, em um momento de pausa nos afazeres domésticos e no trabalho de catação do caranguejo.

**P:** O que a motivou para participar do projeto?

**Dejanira:** Primeiro motivo era melhorar a renda, a economia financeira mesmo. Depois, receber apoio. A gente queria fortalecer a categoria também, queria que o preço da venda da força de trabalho fosse justa [...] Outra coisa, a criação de um espaço físico para melhorar e valorizar a massa do caranguejo. E um sonho de ter a Casa da Pescadora.

Há uma notável convergência com os objetivos das organizações de apoio, conforme a entrevistada anterior indicou: melhor preço para o produto do seu trabalho e equipamentos que permitam elevar a qualidade e o valor agregado. No seu caso específico, ela menciona o “sonho” da Casa da Pescadora. Pode-se dizer que é um sonho ousado, fruto de um amadurecimento no reconhecimento pessoal de que elas são trabalhadoras da pesca. Ela também emprega o termo “marisqueiras” para se referir a elas.

A entrevista também abordou o que levou a formar a associação das mulheres no local. Novamente ela destaca o baixo valor obtido na venda do produto, a falta de visibilidade dessas trabalhadoras, o que inclui a adequação às normas sanitárias. Nas condições vigentes, a entrevistada refere-se ao trabalho informal que realizam como “estar na ilegalidade”.

**Dejanira:** Ausência de políticas públicas voltadas para essa categoria e [também] muitas mulheres vivem especificamente da extração da massa do caranguejo, mas o pagamento por quilo é de baixo valor [...] Agregar valor à massa do caranguejo [...] Dar visibilidade da mulher na pesca e possibilitar alternativas para que as pescadoras e marisqueiras da região pudessem sair da ilegalidade.

Chama a atenção, na fala da catadora, que a criação do Projeto e, depois, sua transformação em Rede seria uma maneira pela qual elas resistiriam ao mercado que não as inclui em termos sociais, pois não apenas os termos de troca são desfavoráveis – baixo preço pago pelo

comerciante à catadora –, mas também elas são invisíveis nesse mercado. Dejanira falou como pretendem “sair da ilegalidade”. São invisíveis como mulheres trabalhadoras da pesca e ofertantes de uma mão de obra barata, flexível e sem cobertura social. Vivem, portanto, opressão de classe e de gênero. E, além disso, exercendo uma atividade poluente devido ao problema do descarte dos resíduos.

Desde sua formação, o grupo teve oportunidade de participar de atividades de formação promovidas por organizações de apoio. A Figura 1 ilustra uma das oficinas de capacitação. Nessa oficina, elas utilizam a carapaça dos caranguejos, que geralmente é descartada e polui o meio ambiente. O objetivo era reaproveitar para fazer artesanato, gerando também outra oportunidade de renda.

**Figura 1**-Imagem de um curso de artesanato com as carapaças de caranguejo.



Fonte: IRICINA AVIZ

Durante o diagnóstico do projeto Pescando Autonomia<sup>5</sup>, percebeu-se que a maioria das mulheres que trabalhavam na catação do caranguejo, senão todas, não eram “donas da massa”, mas apenas “vendiam a sua força de trabalho”. Ou seja, elas dependiam de um atravessador que lhes fornecia o caranguejo tirado do mangue pelos pescadores para que elas fizessem a catação e

<sup>5</sup>No início do projeto, foi elaborado um diagnóstico social com questões de caracterização da comunidade local e das catadoras de caranguejo, que serviria de referência para as ações que foram executadas na comunidade.

entregassem o produto beneficiado ao atravessador. Elas viam nisso um fator a mais que deprimia o valor de troca do produto. Este ainda é um dos pontos principais em que o projeto atua e que merece ser alvo de pesquisas mais aprofundadas.

Em campo, diversas mulheres destacaram que, para participar das reuniões de formação junto com o grupo, precisavam “acordar mais cedo” e “adiantar o trabalho de casa”. Verifica-se que, salvo exceções, elas não têm a quem delegar esse trabalho e não contam com equipamentos coletivos para auxiliar. Quando o fazem, contam com outras mulheres da família. Este é um dilema enfrentado por muitas mulheres quando decidem participar de um processo de organização social, ou geração de renda, formal ou informal, conforme apontado na literatura sobre gênero e trabalho. A organização das atividades domésticas recai, em sua maioria, sobre a mulher, seja a própria trabalhadora, seja outras mulheres de seu círculo familiar.

Em nome da autonomia das mulheres, defendeu-se que o acesso à remuneração monetária corresponderia a um avanço. No entanto, embora as últimas décadas evidenciem que houve mudanças, pesquisas demonstram que ainda não se tem muito a comemorar. Dados recentes revelam que as mulheres são majoritárias a exercer o trabalho do cuidado, de acordo com Kergoat (2016). Como explicar, por exemplo, que as mulheres permanecem ampla maioria (92,6%) no trabalho doméstico remunerado no Brasil? E, nessa ocupação, o percentual de mulheres negras segue maior (KERGOAT, 2016, p. 17). Essa intersecção entre hierarquias de gênero e de classe se manifesta, também, na experiência de vida das catadoras, tanto no trabalho cotidiano quanto nos intentos de formar a associação produtiva.

No caso aqui em estudo, a sobrecarga de atividades sobre as mulheres é considerável, conforme apontaram os dados de campo. Esse é um desafio suplementar ao sucesso do projeto coletivo de geração de renda e de valorização profissional. Vale lembrar Narayan (2005) de que projetos de apoio a trabalhos informais não são panaceia para superação da pobreza e das opressões de gênero. A intersecção entre várias fontes de desigualdade na vida cotidiana amplia os desafios para a construção do desenvolvimento sustentável – objetivo da RESEX –, tendo como um de seus eixos a equidade de gênero.

Quanto ao objetivo de assegurar maior autonomia no processo produtivo, via condições mais favoráveis de comercialização, as componentes da Rede de Mulheres Caeteuaras relataram situações de conflito que enfrentaram no início de seu processo de organização. Evidenciaram que os “patrões” de então (compradores do produto) procuravam desmobilizar as reuniões e encontros do grupo. Por exemplo, passavam nas casas das mulheres para dizer que o projeto não iria dar certo e que elas iriam ficar sem renda alguma e que, portanto, não deveriam participar.

Sabemos que essa estratégia desmobilizadora de intermediários não é algo específico de uma região ou mesmo desta época em que vivemos. Na Vila do Tremé, o intermediário em questão tinha interesse em manter as fornecedoras dispersas no trabalho em suas casas, entregando individualmente o produto ao comprador, que ocupava assim praticamente uma posição de monopólio. Tratando-se de mulheres que combinavam cuidados com o lar e atividade produtiva, a mística da mulher cuidadora e complementadora da renda familiar contribuía para o baixo preço de seu trabalho e para seu baixo poder de barganha nas trocas.

A força de trabalho feminina foi, ao longo de séculos de transição para o capitalismo, empregada como recurso de baixar custos. Sobretudo, aquela menos organizada coletivamente e, muitas vezes, inserida nas muitas formas de trabalho a domicílio a serviço de contratadores em diversos ra-

mos de atividade no meio rural. Essa é uma característica do capital em sua forma mercantil, ainda atuante em muitas partes nos rincões amazônicos, na comercialização de produtos do extrativismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta resultados iniciais de uma caminhada de pesquisa. A continuidade dos estudos contribuirá para o entendimento mais afinado da construção do desenvolvimento sustentável na perspectiva de gênero, já que estamos falando do território de uma reserva extrativista e, também, das pressões sobre as mulheres para garantirem sua produção e sua própria renda em contextos desfavoráveis.

A experiência analisada evidencia um processo em curso de conscientização pelas mulheres de sua posição social de trabalhadoras da pesca e, por conseguinte, conscientização de seu potencial organizativo, através da Rede, para melhorar suas condições de participação no mercado. Elas o fazem contando com apoios externos decisivos, a exemplo do CPP. Os desafios envolvem desde o como combinar as demandas de conciliação entre produção e cuidados, sobretudo para as que são mães, as hierarquias de gênero que restringem sua mobilidade, a baixa renda e os desafios materiais e tecnológicos de trabalharem com um produto perecível e que gera resíduos poluentes, dentre outros. Finalmente, superarem sua invisibilidade como produtoras locais no contexto da Reserva Extrativista.

Atualizar a agenda sobre as relações de trabalho é preocupação constante nos estudos sobre gênero e trabalho e nas organizações que atuam na promoção da equidade de gênero. Esse é um interesse que vai além das pesquisas acadêmicas, afinal, o mundo do trabalho não é só um campo de conhecimento, mas também caminho fundamental para mudar as desigualdades entre homens e mulheres. Isso porque o processo emancipatório só pode existir se for desenvolvido simultaneamente no âmbito coletivo e no individual. E se esse processo, no caso das mulheres, conseguir conjugar consciência de gênero, consciência de classe e, conforme o caso, também de raça.

Mesmo com avanços significativos, as mulheres ainda são excluídas das decisões em muitas nas organizações sociais formais e informais, porque a cultura prevalecente tende a seguir a lógica do interesse próprio, dentro de um padrão patriarcal. Por outro lado, há o longo processo histórico que sustenta a necessidade de diferenciação entre gêneros para manter uma relação de poder e hierarquia.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, G.; SARAIVA, N.; WESLEY, F. 2012. *Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu* - VOLUME I - Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio.

ADOMILLI G. K. 2000. *MÉTIS: história & cultura* – v. 8, n. 16, jul./dez, p. 97-119.

BELÉM, Promotores estabelecem medidas para proibir comercialização da massa do caranguejo. *JusBrasil*, Belém, 11 nov. 2009. Disponível em: <<https://mp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/1570489/belem-promotores-estabelecem-medidas-para-proibir-comercializacao-da-massa-de-caranguejo>>. Acesso em: 17 set. 2020.

- DIEGUES, A.; VIANA, V. M. (orgs.). 2004. Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. In: DIEGUES, A. C. 1983. *Formas de organização da produção pesqueira no Brasil: alguns aspectos metodológicos*. 2 ed. Ática. São Paulo: Hucitec: NUPAUB-USP: CEC.
- DUARTE, F. D. 1978. *As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção do pescado em Jurujuba*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1978.
- FALQUET, J. 2016. *Transformações neoliberais do Trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação? Gênero e trabalho no Brasil e na França; perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo. 1 ed.
- FURTADO, Lourdes. 1990. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Antropologia, v.6. n.1: 41-93.
- GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A L. 2005. *Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal*. Belém: UFPA/NUMA.
- HELLEBRANDT, L. M. 2017. *Mulheres da Z3- o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca*. Florianópolis. 173 p.
- HIRATA, H. 2016. *O cuidado em domicílio na França e no Brasil. Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo. 1 ed.
- KERGOAT, D. 2016. *O Cuidado e a Imbricação das relações sociais. Gênero e trabalho no Brasil e na França; perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo. 1 ed.
- MAGALHÃES, A; COSTA, R.M.; SILVA, R.; PEREIRA, L.C.C. 2007. *The role of women in the mangrove crab (Ucides cordatus, Ocypodidae) production process in North Brazil (Amazon region, Pará)*. Ecological Economics. v.61. p. 559-565.
- MALDONADO, S. C. 2000. *No mar: conhecimento e produção* – In: DIEGUES, A. (ed) *Imagem das Águas*. Hucitec/Nupaub, São Paulo.
- MANESCHY, M. C. A. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; FIÚZA DE MELLO, A. (Orgs.). 1993. *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 12-62.
- MANESCHY, Maria Cristina, Siqueira, Deis, & Álvares, Maria Luzia Miranda. 2012. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 713-737.
- MELLO, A. F. 1985. *A pesca sob o capital e a tecnologia a serviço da dominação*. Belém, Universidade Federal do Pará. 1985
- NARAYAN, U. 2005. *Colonialism, gender, informal sector work and issues of social justice*. Vassar College (U.S.A. Anales de la Cátedra Francisco Suárez), v. 39. p 351-362.
- Oliveira, Marcelo do Vale, Maneschky, Maria Cristina Alves. 2014. Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 9(1), 129-143.
- PRIETO, C. 2019. Na Espanha, o tempos das transformações. In: MARUANI, M. (org.). *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- SORJ, Bila. 2013. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 478-491.

